



Item 11 – Demonstração da Dívida Flutuante do Município (Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XVI desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique terá referencia cruzada com a respectiva nota explicativa (5).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAUDALHO

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante

Dezembro(31/12/2019)

CONSOLIDADO



TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NAO PROC. LIQ		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2014	108.735,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108.735,18
EXERCÍCIO 2015	2.536.041,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.536.041,85
EXERCÍCIO 2016	7.656.491,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.656.491,63
EXERCÍCIO 2017	1.969.160,14	0,00	823.782,56	271.433,94	0,00	0,00	873.943,64
EXERCÍCIO 2018	5.713.150,72	0,00	3.361.136,45	0,00	0,00	0,00	2.352.014,27
EXERCÍCIO 2019	0,00	5.034.268,53	0,00	0,00	0,00	0,00	5.034.268,53
Sub-total	17.983.579,52	5.034.268,53	4.184.919,01	271.433,94	0,00	0,00	18.561.495,10
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2016	17.428,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.428,16
EXERCÍCIO 2017	304.290,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	304.290,17
EXERCÍCIO 2018	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2019	0,00	1.881.150,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.881.150,50
Sub-total	325.718,33	1.881.150,50	4.000,00	0,00	0,00	0,00	2.202.868,83
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR							
JUROS DE CONTRATOS - FINANCIAMENTOS INTERNOS	0,00	290.021,68	45.153,47	244.868,21	0,00	0,00	0,00
JUROS DE CONTRATOS - FINANCIAMENTOS EXTERNOS	0,00	244.868,21	244.868,21	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	0,00	534.889,89	290.021,68	244.868,21	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES							
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	400.290,25	4.955.074,49	4.648.126,92	345.776,55	0,00	0,00	361.461,27
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	1.381.484,41	1.216.094,09	233.316,40	38.125,20	0,00	0,00	2.326.136,90
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	25.596,04	17.583,93	0,00	0,00	0,00	8.012,11
ISS	187.185,62	199.281,89	4.647,83	9.243,22	0,00	0,00	372.576,46
PENSÃO ALIMENTÍCIA	4.337,46	125.172,07	129.489,42	20,11	0,00	0,00	0,00
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	3.230,00	23.363,00	25.054,00	1.311,00	0,00	0,00	228,00
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	3.507,50	68.201,58	56.655,90	12.696,62	0,00	0,00	2.356,56
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	307.168,66	3.000.818,09	2.810.045,15	241.884,09	0,00	0,00	256.057,51
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	36.779,05	0,00	10.218,49	0,00	0,00	26.560,56
Sub-total	2.287.203,90	9.650.380,30	7.924.919,55	659.275,28	0,00	0,00	3.353.389,37

*

*

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAUDALHO**Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante**

Dezembro(31/12/2019)

CONSOLIDADO

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF .RP NAO PROC. LIQ		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
TOTAL	20.596.501,75	17.100.689,22	12.403.860,24	1.175.577,43	0,00	0,00	24.117.753,30

 MARCELLO FUCHS CAMPOS GOUVEIA
 PREFEITO
 053.901.384-65

 TADEU ANDRÉ BEZERRA DE SANDE
 CONTADOR
 CRC N° 017.226/O-3



MUNICÍPIO DE PAUDALHO

Resolução TC nº 66, de 04 de dezembro de 2019

Anexo 11 – DÍVIDA FLUTUANTE

1. Contexto Operacional

As atividades operacionais do Município de Paudalho são amparadas pela lei Municipal nº 883, de 26 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2019.

As ações desenvolvidas pelo Município estão agrupadas nas seguintes funções de governo previstas na Portaria Ministerial nº 42, de 14 de abril de 1999: Legislativa, Administração, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Comércio e Serviços, Comunicações, Transporte, Desporto e Lazer e Encargos Especiais.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município (DCON) foram elaboradas com base nos dados extraídos do sistema contábil **SCPI (Sistema de Contabilidade Pública Integrada) da Fiorilli Software**, incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos Poderes: Executivo compreendendo os Órgãos da Administração Direta e Indireta e Legislativo, compreendendo a Câmara Municipal.

Tais documentos contábeis constantes no processo de prestação de contas anual foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, observadas as seguintes normas do Conselho Federal de Contabilidade:

XNBC	Nome da Norma	IFAC
------	---------------	------





NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público	Conceptual Framework
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação	IPSAS 23
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação	IPSAS 9
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IPSAS 19
NBC TSP 04	Estoques	IPSAS 12
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente	IPSAS 32
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento	IPSAS 16
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado	IPSAS 17
NBC TSP 08	Ativo Intangível	IPSAS 31
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa	IPSAS 21
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa	IPSAS 26
NBC TSP 11	Apresentação das Demonstrações Contábeis	IPSAS 1
NBC TSP 12	Demonstração dos Fluxos de Caixa	IPSAS 2
NBC TSP 13	Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis	IPSAS 24
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis (revogada a partir de 1º/1/21)	não há
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público	não há

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);



- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

As DCON guarda conformidade com as Instruções de Procedimentos Contábeis(IPC) de números: 00- Plano de Transição para implantação da nova contabilidade; 01- Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02- Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03- Encerramento de contas contábeis no PCASP;04- Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05- Metodologia para Elaboração das Demonstrações das Variações Patrimoniais; 06- Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro; 07- Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário; 08- Metodologia para Elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa; 10- Contabilização dos Consórcios Públicos; 11- Contabilização de Retenções; 12- Contabilização de Cessão de Bens Móveis e Imóveis; 13- Contabilização de Cessão de Direitos Creditórios; 14- Procedimentos Contábeis relativos ao RPPS; e 15- Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de natureza patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

2- Informações Gerais

Nome da Entidade: Município De Paudalho

Natureza Jurídica: 124-4 Município

Domicílio do Órgão: Av. Raul Bandeira, Nº 21 Centro, Paudalho - PE

CEP: 55.825-000

Telefone: (81) 3636-1156

CNPJ: 11.097.383/0001-84

E-mail: paudalho@paudalho.pe.gov.br

Site: <https://www.paudalho.pe.gov.br/portal/>

Dados dos Representantes Legais: Marcello Fuchs Campos Gouveia



Período de gestão: 01/01/2019 a 31/12/2019

Natureza das operações e principais atividades do órgão

O Município de Paudalho conta atualmente com uma população estimada pelo IBGE em 51.357 habitantes (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/paudalho/panorama>), está situado à 47,0 km da Cidade de Recife, e possui uma extensão territorial total de 274,776 km². Tem como coeficiente individual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 2,2. Durante o exercício de 2019 a execução orçamentária baseou-se na Lei Municipal nº 883 de 26 de Dezembro de 2018. Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

Endereço eletrônico do Portal da Transparência:

<http://143.137.216.35:5656/Transparencia/>

Nome do Software de Contabilidade Pública: SCPI (Fiorilli Software)

Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das Demonstrações Contábeis

Nome: Tadeu André Bezerra de Sande

CRC: 017.226/O-3/PE

E-mail: tadeusande@uol.com.br

A) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E COM AS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEL

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02 de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição. A metodologia de registro, mensuração e evidenciação submetem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pelo IFAC através das IPSAS.

B) CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Foram consolidadas as Demonstrações Contábeis das seguintes entidades municipais:

AV. RAUL BANDEIRA, 21 | CENTRO | PAUDALHO - PE | CEP: 55.825-000

TEL: (81) 3636.1491 | CNPJ: 11.097.383/0001-84

www.paudalho.pe.gov.br



- a) Administração Direta: Prefeitura Municipal de Paudalho
- b) Autarquia Municipal de Trânsito
- c) Poder Legislativo
- d) Fundo Municipal de Saúde
- e) Fundo Municipal de Assistência Social
- f) Fundo Municipal de Educação
- g) Fundo de Desenvolvimento Municipal
- h) Fundo Municipal de Direito da Criança e do Adolescente
- i) CONANAS – Consórcio dos Municípios

C) RESUMO DAS POLITICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Os registros inerentes aos atos e fatos contábeis da prestação de contas anual foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8º edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, observadas as seguintes normas do Conselho Federal de Contabilidade. Sendo a moeda utilizada o real(R\$), não tendo registros em moeda estrangeira que necessitasse de conversão de valores a moeda nacional vigente.

C.A) BASES DE MENSURAÇÃO UTILIZADAS

No que concerne o sistema orçamentário foi observado o art. 35 da Lei n.º 4.320/64 e NBCASP, sendo utilizado o regime misto, sendo de caixa para receitas e competências para as despesas.

A base de mensuração para ativos e passivos seguiu o MCASP, onde busca satisfazer os objetivos da elaboração e divulgação da informação de natureza contábil pelas entidades do setor público ao fornecer as informações que possibilitem aos usuários avaliarem:

- a. O custo dos serviços prestados no período, em termos históricos ou atuais;
- b. A capacidade operacional – a capacidade da entidade em dar suporte à prestação de serviços no futuro por meio de recursos físicos e outros; e
- c. A capacidade financeira – a capacidade da entidade em financiar as suas próprias atividades.



c.a.1) Bases de mensuração dos ativos

Base de mensuração	Descrição	Entrada ou saída	Observável ou não, no mercado	Específica, ou não, à entidade
Custo histórico	Valor para se adquirir ou desenvolver um ativo, o qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa ou o valor de outra importância fornecida à época de sua aquisição ou desenvolvimento.	Entrada	Geralmente observável	Específica para a entidade
Valor de mercado (quando o mercado é aberto, ativo e organizado)	Montante pelo qual um ativo pode ser trocado entre partes cientes e dispostas, em transação sob condições normais de mercado	Entrada e saída	Observável	Não específica para a entidade
Valor de mercado (em mercado inativo)		Saída	Depende da técnica de atribuição de valor	Depende da técnica de atribuição de valor
Custo de reposição ou substituição	Custo mais econômico exigido para a entidade substituir o potencial de serviços de ativo (inclusive o montante que a entidade recebe a partir de sua alienação ao final da sua vida útil) na data do relatório.	Entrada	Observável	Específica para a entidade
Preço líquido de venda	Montante que a entidade pode obter com a venda do ativo após deduzir os gastos para a venda.	Saída	Observável	Específica para a entidade
Valor em uso	Valor presente, para a entidade, do potencial de serviços ou da capacidade de gerar benefícios econômicos remanescentes do ativo, caso este continue a ser utilizado, e do valor líquido que a entidade receberá pela sua alienação ao final da sua vida útil.	Saída	Não observável	Específica para a entidade

Fonte: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 877, de 18 de dezembro de 2018



c.a 2) Bases de mensuração dos passivos

Base de mensuração	Descrição	Entrada ou saída	Observável, ou não, no mercado	Específica, ou não, à entidade
Custo histórico	Importância recebida para se assumir uma obrigação, a qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa, ou ao valor de outra importância recebida à época na qual a entidade incorreu no passivo.	Entrada	Geralmente observável	Específica para a entidade
Custo de cumprimento da obrigação	Custos nos quais a entidade incorre no cumprimento das obrigações representadas pelo passivo, assumindo que o faz da maneira menos onerosa.	Entrada	Não observável	Específica para a entidade
Valor de mercado (quando o mercado é aberto, ativo e organizado)	Montante pelo qual um passivo pode ser liquidado entre partes cientes e interessadas em transação sob condições normais de mercado.	Entrada e saída	Observável	Não específica para a entidade
Valor de mercado (em mercado inativo)		Saída	Depende da técnica de atribuição de valor	Depende da técnica de atribuição de valor
Custo de liberação	Montante que corresponde à baixa imediata da obrigação. Montante que o credor aceita no cumprimento da sua demanda, ou que terceiros cobrariam para aceitar a transferência do passivo do devedor.	Saída	Observável	Específica para a entidade



	Termo utilizado no contexto dos passivos para se referir ao mesmo conceito de preço líquido de venda utilizado no contexto dos ativos.			
Preço presumido	Montante que a entidade racionalmente aceitaria na troca pela assunção do passivo existente. Termo utilizado no contexto dos passivos para se referir ao mesmo conceito do custo de reposição para os ativos.	Entrada	Observável	Específica para a entidade

Fonte: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 877, de 18 de dezembro de 2018

c.a.3) Disponibilidades

Composto por dinheiro, valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. As disponibilidades são registradas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis e as aplicações de liquidez imediata são mensuradas e avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data das demonstrações contábeis.

c.a.4) Créditos e Obrigações

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações são mensurados ou avaliados de acordo com as bases de mensuração dos ativos e dos passivos, feita a conversão quando em moeda estrangeira, a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Os riscos referentes ao recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

Direitos, títulos de crédito e as obrigações prefixadas são ajustados a valor presente e os pós-fixados são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento das demonstrações contábeis.

Os valores reconhecidos como provisão devem corresponder a melhor estimativa de desembolso necessário para liquidar a obrigação presente na data das demonstrações presente na data das demonstrações contábeis.

c.a 5) Estoques

Compreendem as mercadorias para uso, os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. São avaliados e



mensurados pelo valor de custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor, exceto: estoques adquiridos sem contraprestação, que devem ser mensurados pelo valor justo; e os bens de almoxarifado que devem ser mensurados pelo preço médio ponderado das compras em conformidade com o inciso III do art. 106 da Lei 4.320/64. Devem ser mensurados pelo custo histórico ou pelo custo corrente de reposição, dos dois o menor, os estoques mantidos para a distribuição gratuita ou os de consumo no processo de produção de mercadorias a serem distribuídas gratuitamente.

Havendo a possibilidade de redução do valor do estoque mediante as contas para ajustes de perdas ou de redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

c.a 6) Imobilizado

Compreendem os bens móveis e imóveis da instituição. Os ativos imobilizados, incluindo os os gastos adicionais ou complementares, são reconhecidos inicialmente pelo valor de aquisição, construção ou produção, após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão, bem como a redução ao valor recuperável e a reavaliação. Os gastos posteriores a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros.

c.a 7) Intangível

Um ativo se enquadra na condição de ativo intangível quando pode ser identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. Devem ser mensurados ou avaliados inicialmente pelo custo, após o reconhecimento, o órgão ou entidade deve escolher reconhecer um ativo intangível pelo modelo de custo, menos a amortização e a eventual perda por redução ao valor recuperável acumuladas, ou pelo modelo de reavaliação, quando aplicável.

c.a 8) Depreciação

Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação sistemática durante esse período. A depreciação tem como característica fundamental a redução do valor do bem e se inicia a partir do momento em que o item do ativo se torna disponível para uso. A causa que influencia a redução do valor é a existência de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado.

c.a 9) Amortização



A amortização é realizada para elementos patrimoniais de direitos de propriedade e bens intangíveis que tiverem a vida útil econômica limitada e tem como característica fundamental a redução do valor do bem. Inicia a partir do momento que o ativo estiver disponível para uso e cessa na data que o ativo é classificado como mantido para venda, quando estiver totalmente amortizado ou na data em que ele é baixado, o que ocorrer primeiro.

c.a 10) Exaustão

A exaustão é realizada para elementos de recursos esgotáveis que tiverem a vida útil econômica limitada e tem como característica fundamental a redução do valor do bem e a principal causa da redução do valor é a exploração de recursos naturais, como minerais ou florestais.

c.a 11) Redução ao valor recuperável

É a perda de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços de ativo superior ao reconhecimento sistemático da redução do valor devido a depreciação. A redução ao valor recuperável reflete, portanto, o declínio na utilidade do ativo para a entidade que o controla. Sendo assim, a entidade deve avaliar, na data das demonstrações contábeis, se há indicação de que o ativo possa ser objeto de redução ao valor recuperável.

c.a 12) Provisões, Passivo contingente e Ativo contingente

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. Deve ser possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação para que o valor reconhecido como provisão seja o melhor para extinguir a obrigação presente na data das demonstrações contábeis.

Os passivos contingentes não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais. No entanto, deverão ser registrados em contas de controle do PCASP e divulgados em notas explicativas. A avaliação periódica deve ocorrer para determinar se a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços se tornou provável. Caso a saída se torne provável, uma provisão deverá ser reconhecida nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.

Ativos contingentes usualmente decorrem de eventos não planejados ou não esperados que não estejam totalmente sob o controle da entidade e que acarretam a possibilidade de um ingresso de recursos sob a forma de benefícios econômicos ou potencial de serviços. Assim, há incerteza quanto ao ingresso de recursos.



c.a 12) Variações patrimoniais aumentativas e diminutivas

As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado, que correspondem ao aumento (VPA) ou diminuição (VPD) na situação patrimonial líquida da entidade não oriundo de distribuições aos proprietários.

O reconhecimento da variação patrimonial pode ocorrer em três momentos: para a variação patrimonial aumentativa, antes, depois ou no momento da arrecadação da receita orçamentaria e para a variação patrimonial diminutiva, antes depois ou no momento da liquidação da despesa orçamentaria.

D) JULGAMENTOS PELA APLICAÇÃO DAS POLITICAS CONTÁBEIS

I. Classificação de ativos:

Não existiu mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

II. Constituição de provisões:

Tivemos a constituição de provisão para créditos provenientes da dívida ativa tributária. Considerando a metodologia do Tesouro Nacional, sendo classificado em baixo, médio e alto risco.

III. Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não tivemos o lançamento das variações patrimoniais de modo significativo além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

IV. Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não tivemos a transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

Nota 1 – Dívida Flutuante

O valor da Dívida Flutuante (Anexo 17) demonstrado acima é composto pelo valor do saldo contabilizado no Passivo Circulante (Conta contábil 210000000). No que concerne o referido demonstrativo, conforme preconiza o art. 92 da Lei Federal 4.320/64, ele sofreu algumas adequações estabelecidas no Anexo XVI da Resolução TC n.066/2019 e Anexo XXV da Resolução TC n.067/2019, dessa forma dar-se ênfase as Restos a Pagar, não perdendo a sua essência em demonstrar os passivos de curto prazo.



Nota 2 – Depósitos e Consignações

No item Depósitos de Diversas Origens estão incluídos os valores de Depósitos Exigíveis a Longo Prazo que independem de execução orçamentária para pagamento, sendo adotado o mesmo critério da elaboração do Balanço Financeiro (Anexo 13). Ou seja, na coluna “Inscrição” foi considerada a movimentação (diferença entre o valor de inscrição e o valor de baixo) do item Depósitos Exigíveis a Longo Prazo;

Nota 3 – Restos a Pagar

O saldo de restos a pagar no exercício financeiro de 2019 foi inscrito um montante de R\$ 6.915.419,03. Desse valor R\$ 5.034.268,53 são referentes aos restos a pagar processado e R\$ 1.881.150,50 a restos a pagar não processado.

Nota 4 – Depósitos e Consignações

O saldo inscrito de depósitos e consignações foi de R\$ 11.937.587,20, tendo sido pago o montante de R\$ 7.924.919,55, cancelado com o valor de R\$ 659.275,28 ficando um saldo para o exercício seguinte no valor de R\$ 3.353.389,37.